Conflitos yanomami

Autor(res)

Mauro Lucio Maciel Araújo

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

O conflito indígena Yanomami representa um dos mais alarmantes casos de violação dos direitos humanos e ambientais no Brasil contemporâneo. Localizado entre Roraima e Amazonas, o território sofre, há décadas, com invasões ilegais, garimpo predatório, doenças e desnutrição. Tais problemas evidenciam a omissão do Estado na proteção dos direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal de 1988, especialmente o direito à vida, à saúde e ao meio ambiente equilibrado. Este estudo busca compreender, sob uma ótica crítica e interdisciplinar, as dimensões jurídicas, históricas e geopolíticas do conflito, analisando as responsabilidades estatais e os impactos sociais e ambientais sobre o povo Yanomami.

Objetivo

Promover uma análise jurídica, histórica e geopolítica do conflito Yanomami, com base em bibliografia crítica e estruturada, abordando a responsabilidade estatal diante da violação dos direitos fundamentais, humanos e ambientais dos povos indígenas

Material e Métodos

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e analítico. Foram utilizados materiais bibliográficos, normativos e documentais, incluindo relatórios da FUNAI, do Ministério dos Povos Indígenas, da ONU e de organizações não governamentais. A análise baseia-se em princípios do direito constitucional, penal, ambiental e dos direitos humanos, com foco na omissão estatal e nas consequências jurídicas dos crimes ambientais cometidos em terras protegidas. O método utilizado privilegia a leitura crítica e interdisciplinar da legislação e da realidade social, buscando compreender as interações entre o Estado, o direito e as populações indígenas, especialmente quanto à efetividade dos direitos fundamentais.

Resultados e Discussão

Os resultados indicam que o Estado brasileiro tem sido omisso na garantia dos direitos

fundamentais dos povos Yanomami, permitindo o avanço de atividades ilegais e a consequente deterioração ambiental e social. A ausência de fiscalização e políticas públicas eficazes resulta em crimes ambientais, violação do direito à saúde e à vida digna, e afronta aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da proteção ao meio ambiente. A análise revela ainda a influência de interesses econômicos e políticos sobre as ações governamentais, demonstrando a fragilidade da tutela estatal frente ao poder do garimpo e à exploração ilegal de recursos naturais. A crise humanitária expõe o conflito entre o desenvolvimento econômico e a efetividade dos direitos humano

Conclusão

O caso Yanomami evidencia a negligência estatal na proteção dos direitos fundamentais e ambientais. A omissão do poder público contribui para a perpetuação de crimes e violações de direitos humanos, comprometendo a dignidade e a sobrevivência dos povos indígenas. Torna-se urgente fortalecer mecanismos de responsabilização estatal e promover políticas públicas eficazes, assegurando o direito à vida digna, à saúde e à integridade territorial dos povos originários.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
FUNAI. Relatório sobre a Terra Indígena Yanomami. Brasília, 2023.
ONU. Relatório sobre os direitos dos povos indígenas. Genebra, 2022.
SANTOS, Boaventura de Sousa. O direito dos povos e a ecologia política. São Paulo: Cortez, 2019.
VENTURA, Deisy. Direitos Humanos e Amazônia. Rio de Janeiro: FGV, 2021.